
Resposta dos autores

The authors' reply

José Marçal Jackson Filho¹

Francisco Antônio de Castro Lacaz²

Danilo Costa³

Rodolfo Andrade de Gouveia Vilela⁴

Diante do recebimento destes quatro textos, na continuidade do debate por nós iniciado no número anterior da RBSO, não podemos deixar de expressar nossa imensa gratidão pela profundidade e respeito com que Luis Carlos Fadel de Vasconcelos, Marcelo Firpo, José Dari Krein e Letícia Nobre abordaram as questões que havíamos colocado, expandiram vários pontos e, sobretudo, abriram novas perspectivas para a prática e para a produção de conhecimentos no enfrentamento das injustiças sociais que representam os agravos relacionados ao trabalho.

Como construir ação desinteressada dentro de contexto tão difícil do ponto de vista social e político, em que a margem de ação do trabalho perde espaço diante do predomínio do capital? Nos tempos difíceis em que nos encontramos, a reflexão coletiva e o debate engajado, para o qual procuramos contribuir, são essenciais para a continuidade da ação e a retomada dos valores que nos movem em busca de melhores condições de trabalho e de vida a todos os trabalhadores e trabalhadoras.

Nas páginas anteriores, podem ser encontradas as contribuições de cada um dos autores, que têm como ponto comum seu engajamento. Em nossa tréplica, apontaremos apenas alguns dos aspectos que nos sobressaem. Iniciaremos nossa resposta ao debate de cunho interdisciplinar para, em seguida, voltarmos para as contribuições dos protagonistas do próprio campo.

José Dari Krein, pesquisador do campo da economia, discute as possibilidades para a construção de melhores condições de trabalho no cenário do capitalismo atual. Mesmo diante da sua violência, como indica o caso de Bangladesh, Krein mostra que cenários mais favoráveis para a saúde dos trabalhadores são possíveis em função do posicionamento dos representantes dos trabalhadores e de sua capacidade de influir nas escolhas políticas que in-

fluenciam o “modelo de desenvolvimento”; a chave está na política.

A contribuição de Marcelo Firpo, oriunda de sua atuação acadêmica e militante no campo da Saúde Ambiental, volta-se à aproximação entre Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador e a seu posicionamento diante do modelo de desenvolvimento econômico, que qualifica como “extrativista e de pilhagem”. Das implicações do modelo e das contradições que provoca no Estado, nas instituições e na própria representação dos trabalhadores, indica a necessidade da inclusão de outros atores na disputa política – populações indígenas, quilombolas, dentre outras –, assim como a necessidade de apropriação pela Saúde do Trabalhador das contribuições da produção latino-americana das teorias de descolonização para produção de conhecimentos fundados em uma ecologia dos saberes.

No caso de Luis Carlos Fadel de Vasconcelos e Letícia Nobre, protagonistas históricos do campo da Saúde do Trabalhador, suas análises se voltam aos impedimentos e às possibilidades de ação no seio do campo.

Luis Carlos Fadel de Vasconcelos expressa sua indignação diante da insuficiência, das contradições e da incapacidade da construção da ação das instituições no campo da Saúde dos Trabalhador influenciadas pela coexistência de “duas políticas” de Saúde do Trabalhador – o que, segundo ele, significa não ter nenhuma; de “duas vigilâncias” – “a da intenção e a do gesto”: sendo a primeira dependente da política de Estado de Saúde do Trabalhador (caracterizada por sua nulidade) e a segunda, aquela que “faz alguma coisa”, que tenta resistir criando a “política de fato (ou do fato)” e para a qual é importante ir para além da implicação da atenção básica como ponto de partida. Essas contradições e paradoxos caracterizam, por fim, as duas caras do estado, a que “finge que enxerga” e a que é “cega”.

Letícia Nobre discute os processos de construção das conferências de Saúde do Trabalhador, espaços fecundos de produção da política do campo e da ação institucional, suas contradições, conquistas, avanços. Apoiada, possivelmente por sua “indignação”, noção tão cara a Fadel de Vasconcelos enquanto mote da ação, e por seu desejo de mudança, discute a dualidade entre “o que foi instituído no campo”, e que de certa forma resiste, e a força

¹ Centro Estadual do Rio de Janeiro da Fundacentro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

² Departamento de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

³ Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

⁴ Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, Brasil.

instituinte da Saúde do Trabalhador para produzir uma “política viva”, isto é, que precisa responder aos desejos, às vontades, às necessidades, às perspectivas, aos objetivos dos sujeitos.

Como ir para além da “política do possível”, como diz Leticia Nobre, diante do pragmatismo que ainda domina certas parcelas da comunidade da Saúde do Trabalhador? Diante do curto prazo para a realização da 4ª Conferência, como fomentar e legitimar “ação instituinte” para produzir a política viva?

Próximos da 4ª Conferência de Saúde do Trabalhador, esperamos ter contribuído, mediante a publicação de dois números da RBSO, fruto da parceria de seus editores e do GT Saúde do Trabalhador da Abrasco, para o avanço da discussão de alguns aspectos relativos à Política Nacional de Saúde do Trabalhador diante dos desafios e das dificuldades de um campo em construção, cujo futuro terá momento decisivo de discussão e elaboração de propostas quando da realização da 4ª CNST, em 2014.

Recebido: 11/12/2013

Aprovado: 12/12/2013